

Comissão de Economia,  
Obras Públicas e Habitação  
Registo E\_COM6XVI/2024/21  
Data 13/05/2024

Ex.<sup>mo</sup> Senhor Presidente da Comissão de Economia,  
Obras Públicas e Habitação

Deputado Miguel Santos

**Assunto:** Requerimento para audições do Presidente do Conselho de Administração e do CFO da TAP, S.A., respetivamente, Dr. Luís Rodrigues e Dr. Gonçalo Pires, sobre os prejuízos registados no quarto trimestre de 2023 e no primeiro trimestre de 2024

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente,

No relatório e contas da Transportes Aéreos Portugueses, S.A. relativo ao 1º semestre de 2023 (pág. 12), está explicitado que *“Há riscos e incertezas que devem ser considerados... relacionados com as negociações coletivas em curso com alguns grupos de trabalhadores e o risco de impactos negativos nas operações, rentabilidade e imagem da empresa decorrentes de diversas formas de agitação social, e a escassez de trabalhadores na indústria que se tornou evidente no verão de 2022, que apesar de ter reduzido, ainda não foi totalmente ultrapassada, e por isso, continuam possíveis atrasos e cancelamentos de voos, implicando riscos reputacionais bem como aumento dos custos com compensações e apoio aos passageiros afetados.”*

Os explicitados *“riscos e incertezas”*, tiveram confirmação no Comunicado de Divulgação de Resultados do 1º Trimestre de 2024, onde se identifica um prejuízo de 71,9 milhões de euros, que vem na sequência das perdas no último trimestre de 2023, onde se registou um resultado negativo de 26,2 milhões de euros, impulsionado pelo acréscimo de custos de 122,4% com os funcionários da empresa.

Neste comunicado é referido que o aumento de 7% dos custos operacionais registados no 1.º trimestre de 2024, em relação a período homólogo de 2023 *“resulta principalmente do aumento dos custos com o pessoal (mais 70,5 milhões de euros) devido aos novos acordos de empresa.”*

Se é de sublinhar a importância de se ter colocado um ponto final nos cortes salariais, convém esclarecer se a travagem registada nos lucros que se vinham a registar nos primeiros nove meses de 2023, se ficou apenas a dever à pressão dos custos com o pessoal.

Acresce ainda a necessidade da Administração da ATP esclarecer se o *“processo dos novos acordos de empresa foi crucial para restabelecer as bases de uma operação fluida e eficiente”*, dado que neste comunicado não existe nenhuma menção à necessidade de revisão dos acordos alcançados em 2023, uma vez que os custos com pessoal ultrapassaram em 120 milhões de euros o rácio limite inscrito no plano de reestruturação acordado com a Comissão Europeia<sup>1</sup>.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA vem requerer audições em comissão do Presidente do Conselho de Administração e do CFO da TAP, S.A..

Palácio de S. Bento, 13 de maio de 2024

O Deputado Coordenador do GPCH,

Filipe Melo

---

<sup>1</sup> [TAP vai continuar em reestruturação mesmo com venda a privados – ECO \(sapo.pt\)](#)